

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Negociações Internacionais
Período de Análise: setembro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico Biodiesel Br
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro
Carta Capital
Agroanalysis

Índice

Conferência do Clima caminha para novo fiasco – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Vida – 04/09/2010	3
A reforma do painel do clima – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/09/2010	4
Países criam uma barreira por dia – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia – 05/09/2010	6
Brasil ganhou sem a Alca, diz Amorim – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 12/09/2010	7
País omite à OMC créditos do BNDES – Jamil Chade – Estado de São Paulo – economia – 13/09/2010.....	8
Subsídios agrícolas de volta – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 15/09/2010	9
FETRAF participa do Fórum Público da OMC 2010 – Fernanda Silva – Sítio Eletrônico da FETRAF – 19/09/2010	11
Brasil deve assinar em dezembro acordo com dez emergentes – Assis Moreira – Valor Econômico – Política – 20/09/2010.....	12
Metas do milênio avançam ,mas de forma lenta;ONU pede investimentos – Gustavo Chacra – estado de São Paulo – Economia – 21/09/2010	13
Em ano ruim, agronegócio pode salvar contas externas do país – Marcos Fava Neves – folha de São Paulo – Mercado – 25/09/2010	14

Conferência do Clima caminha para novo fiasco – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Vida – 04/09/2010

A Conferência do Clima da ONU (COP-16), prevista para dezembro em Cancún (México), caminha para repetir outro fiasco diplomático e vários países já estudam a possibilidade de estender o Protocolo de Kyoto além de 2012 ou até que um acordo seja encontrado.

O governo dos Estados Unidos admitiu ontem que não conseguirá aprovar antes do evento uma legislação cortando emissões de CO₂ até 2020. Além disso, alertou que só aceitará a criação de um fundo para lidar com mudanças climáticas nos países pobres se Brasil, China e Índia apresentarem medidas de redução de emissões de CO₂ (leia ao lado).

Depois de dois dias de negociações entre ministros de Meio Ambiente em Genebra, a constatação é de que um acordo sobre o corte de emissões ficará apenas para 2011. Ou seja, a reunião de cúpula em Cancún corre o risco de repetir o fracasso de Copenhague, em 2009.

Na Dinamarca, presidentes tentaram minimizar o fiasco, alegando que poderiam retomar o acordo este ano, no México.

Agora, a Casa Branca deixou claro que não reapresentará ao Congresso neste ano seu projeto de lei que estipula um corte de emissões nos EUA de 17% até 2020, um compromisso do presidente Barack Obama em Copenhague. A lei não passou no Senado em uma primeira tentativa e, sem a aprovação, outros países podem não querer assumir novos compromissos.

Para a nova chefe do clima da ONU, Christiana Figueres, a cúpula em Cancún deve se concentrar só na questão do financiamento das ações e, segundo ela, isso pode ser “a chave dourada” para destravar o restante do acordo.

“Houve uma erosão de confiança após Copenhague que agora estamos tentando arrumar.” Mas, com apenas seis dias efetivos de negociações, tudo aponta para mais um fracasso.

O governo brasileiro admite que um entendimento sobre o volume de cortes de emissões dificilmente será atingido em Cancún.

O México, que assume a presidência da cúpula, também já busca uma saída honrosa para o evento. “Podemos continuar com os compromissos de Kyoto.

Tecnicamente, não é absolutamente necessário que tomemos uma decisão. Seria bom, mas primeiro precisamos gerar confiança entre as partes de que o sistema vai funcionar”, disse Patricia

Espinosa, chanceler mexicana. O novo acordo substituiria o Protocolo de Kyoto, que tem seu capítulo de compromissos de corte de emissões de CO₂ vencendo em 2012.

O problema é que não há um entendimento sobre quanto deve ser a nova redução entre os países ricos, o percentual que os pobres aceitariam e quanto os grandes países emergentes também teriam de reduzir de forma voluntária.

Irritados, os representantes do governo da Índia acusaram ontem os países ricos de negar os compromissos que assumiram em Copenhague, principalmente em termos de suas promessas de dar recursos.

Durante a cúpula de 2009 ficou estabelecido que um fundo seria criado com recursos públicos dos países ricos e US\$ 30 bilhões seriam colocados no pacote até 2012. Até 2020, a meta era atingir US\$ 100 bilhões por ano.

O objetivo em 2010 era chegar a um acordo sobre como arrecadar o dinheiro para o fundo e decidir quem controlaria os recursos.

Mas os países ricos já alertam que não estão dispostos a bancá-lo 100% e parte do dinheiro terá de vir do setor privado por meio de novas taxas, como impostos sobre o comércio de carbono, transações financeiras e transporte aéreo e marítimo.

O governo da Arábia Saudita foi claro ontem em anunciar que o G-77 – grupo dos países em desenvolvimento – não aceitará a transferência de responsabilidade do financiamento do fundo dos países ricos para o setor privado ou emergentes.

O Brasil tem uma posição mais moderada e aceita que parte do dinheiro venha do setor privado. Mas rejeita a tese de que seja a maior parcela do fundo e novas taxações para coletar esses recursos acabem afetando os países emergentes.

EUA reforçam pressão sobre emergentes

Todd Stern, negociador-chefe dos EUA, deixou claro que a criação do fundo de US\$ 30 bilhões para ajudar os países pobres a lidar com as mudanças climáticas está nas mãos de Brasil, China e Índia. “Não podemos resolver a questão do clima lidando apenas com 45% das emissões, que é o que os países ricos emitem”, disse.

Stern quer que os países em desenvolvimento apresentem em Cancún, de forma clara, como vão reduzir suas emissões, ainda que as metas sejam voluntárias. Só assim o dinheiro dos países ricos vai aparecer. O governo brasileiro rejeita a pressão. “Nossos

compromissos voluntários já foram assumidos”, disse Branca Bastos Americano, secretária de Mudanças Climáticas. / J.C

A reforma do painel do clima – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 05/09/2010

A Conferência de Copenhague, no final do ano passado, deixou claro mais uma vez que o peso dos interesses nacionais e das forças que movem a economia mundial impede os governos de chegar a um acordo que obrigue os países mais poluidores a adotar medidas de contenção das emissões de carbono e outros gases estufa comprovadamente responsáveis pelo aquecimento global.

A essa constatação veio se somar a erosão da credibilidade do organismo multilateral criado para tomar o pulso do clima do planeta e fazer prognósticos fundamentados sobre as tendências para as décadas futuras. Trata-se do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), das Nações Unidas, que reúne mais de 2 mil cientistas e representantes de 194 países.

Desde a sua constituição, em 1998, o IPCC produziu quatro relatórios que concluíram que o aquecimento da atmosfera terrestre é um fenômeno real, causado predominantemente pela atividade humana.

Em 2007, a entidade dividiu o Prêmio Nobel da Paz com o ex- vice-presidente americano Al Gore, por seus esforços em defesa do ambiente. A comunidade política

internacional, que permaneceu inativa diante da crise do clima, começa a enfrentar os problemas do IPCC.

A validade de seus diagnósticos gerais não é contestada pela imensa maioria dos estudiosos do clima. No entanto, por falhas de direção, insuficiente transparência e, sobretudo, previsões infundadas sobre os efeitos do aquecimento em casos particulares, apresentadas mais com sensacionalismo do que com responsabilidade profissional, o IPCC abriu o flanco aos céticos da mudança climática, que semeiam dúvidas sobre a integridade de seus membros.

O alvo tem sido o indiano Rajendra Pachauri, que preside o painel desde 2002 e cujo mandato vai até 2014. Ele aprecia os holofotes da mídia mais do que seria prudente para um cientista na sua posição.

O desgaste do IPCC levou a ONU a encomendar a uma organização independente, formada por 12 representantes de sociedades acadêmicas de diversos países, entre eles o Brasil, uma auditoria sobre as deficiências da instituição.

O seu parecer pede reformas profundas na estrutura, procedimentos e políticas do IPCC. O texto insta os seus integrantes a dialogar com cientistas de linhas divergentes, atentar para a possibilidade de conflitos de interesse e se guardar de dizer aos governos como devem agir.

Propõe ainda a criação de um comitê executivo profissional aberto a terceiros e a redução do mandato do presidente de 12 para 6 anos. (Pachauri fez de conta que não era com ele.)

A maior preocupação do secretário-geral Ban Ki-moon, que encomendou a auditoria, é que as disfunções do IPCC ponham em risco o papel da ONU como foro central da questão climática.

Entre os ambientalistas, há quem tema que novos erros pontuais do painel sejam alardeados, como os outros têm sido, pelos descrentes do aquecimento como prova de que os seus relatórios são deliberadamente falseados. O episódio mais notório foi a publicação de mais de um milhão de e-mails furtados de uma universidade britânica. As mensagens demonstrariam que pesquisadores da instituição, ligados ao IPCC, manipularam e se recusaram a compartilhar dados para servir à causa ambiental.

Uma investigação exaustiva concluiu que pelo menos a primeira parte da acusação era falsa. Pior foi a afirmação categórica do IPCC, em documento oficial, de que as neves eternas das montanhas do Himalaia estavam fadadas a derreter até 2035.

Quando as autoridades indianas protestaram, Pachauri as chamou de “arrogantes”. Dois meses depois, ele admitiu o erro, confessando que o IPCC endossou a profecia, originária de uma notícia de jornal e repassada por uma ONG, sem submetê-la a exame científico. Como agravante de que dois especialistas que se opuseram à publicação foram ignorados.

Em outubro, delegados dos países-membros do IPCC se reunirão na Coreia do Sul para avaliar a auditoria. O melhor que podem fazer é aprovar e implementar tão logo possível – as suas recomendações. Avenida Engenheiro Caeta

Uma nova barreira comercial foi criada por dia no mundo desde que o G-20 prometeu que não recorreria ao protecionismo para lidar com a crise econômica, dois meses depois da quebra do Lehman Brothers, em 2008. Esse é, por enquanto, o legado da crise econômica internacional no comércio.

Especialistas alertam que poderá levar anos para que essas barreiras sejam desmanteladas. A proliferação de medidas ocorre à medida que setores continuam a patinar, acumulam dívidas e pressionam governos a tomar medidas para se proteger. De olho em votos e em manter as contas nacionais em dia, alguns governos vêm sucumbindo à pressão.

A análise é da organização Global Trade Alert, formada por alguns dos principais economistas da Europa e dos EUA e financiada pelo Banco Mundial. Segundo os especialistas, as medidas protecionistas estabelecidas por governos em meio à crise econômica já afetaram um fluxo de bens equivalente a US\$1,6 trilhão no mercado internacional e as barreiras criadas em menos de dois anos já atingiram 10% do Comércio mundial.

A avaliação obtida pelo Estado seria, segundo o grupo de especialistas, a principal prova que o G-20 não cumpriu sua promessa, feita de forma solene pelos presidentes, de que evitar ia medidas protecionistas.

650 medidas.

Desde novembro de 2008, quando a cúpula do grupo se reuniu pela primeira vez e declarou que não recorreria a barreiras comerciais, cerca de 650 novas medidas protecionistas foram adotadas em todo o mundo para frear importações ou incentivar a produção local para garantir maior competitividade contra bens importados.

Os dados contra dizem a avaliação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que monitorou o surgimento de novas medidas. Críticos alertam que, por ser formada pelos mesmos estados que aplicam as barreiras, a organização evitou entrar em

choque com os governos. Em um relatório publicado em junho, a organização afirmou que os governos não aderiram às medidas protecionistas como resposta à crise.

Segundo a OMC, as medidas protecionistas, quando existiram, afetaram apenas uma fração do comércio mundial e estão em queda. Em outubro de 2008 e

2009, apenas 1% das importações mundiais haviam sido atingidas pelas barreiras.

Neste ano, o volume seria de apenas 0,4%. Mas dados obtidos pelo Estado mostram que o impacto das medidas é maior que se imaginava. Segundo o levantamento, 22 medidas atingiram um comércio de US\$ 10 bilhões cada, incluindo os pacotes de estímulo nos EUA privilegiando a compra de produtos nacionais – o programa “Buy American”.

Europa e Brasil.

Segundo o levantamento, o maior número de medidas protecionistas foi adotado pela União Européia. Entre as medidas está a distribuição de novos subsídios aos produtores de açúcar, o que provocou a irritação do Brasil diante da perspectiva de prejuízos para os exportadores nacionais. Outros países que adotaram as medidas em grande número são Rússia, Argentina e Nigéria.

A discrepância entre os números da OMC e do grupo de especialistas é explicada pela decisão da organização multilateral de não avaliar o impacto dos incentivos internos criados pelos países e de lidar apenas com barreiras nas fronteiras.

“A contribuição da OMC está sendo superestimada. As medidas adotadas driblaram as regras da entidade”, afirmou Simon Evenett, coordenador do grupo e professor da Universidade de St. Gallen na Suíça. “Os custos das promessas não cumpridas do G-20 aumentam a cada tri- mestre.”

Crise de 29.

Olivier Cadot, professor da Universidade de Lausanne, alerta que o comércio mundial apresentou a mesma taxa de contração que foi identificada em 1929, após a quebra da Bolsa de Nova York. Segundo ele, o comércio mundial sofreu uma queda acima de 10% no terceiro trimestre de 1929, seguido por uma queda de 7% no fim daquele ano.

“O que ocorreu em 2009 foi muito similar. É algo para se preocupar”, disse Cadot. O que preocupa os especialistas é que o discurso protecionista não desapareceu e novas legislações estão sendo aplicadas. O país mais atingido é a China.

Nesta semana mais uma polêmica foi aberta, desta vez com os Estados Unidos. De olho nas eleições legislativas, a Casa Branca anunciou que vai desenvolver 14 medidas para lidar com a importação de bens que receberiam incentivos ilegais em seus países de origem, principalmente China e Vietnã.

A proposta é parte do esforço dos EUA de dobrar as exportações nos próximos cinco anos para gerar empregos. A meta havia sido estabelecida no discurso anual de Barack Obama no Congresso, em janeiro. A China reagiu imediatamente à medida e alertou que poderia ter “implicações muito graves” para o comércio internacional.

Brasil ganhou sem a Alca, diz Amorim – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 12/09/2010

O chanceler brasileiro Celso Amorim discursou ontem em um seminário sobre segurança internacional para militares e estrategistas americanos e europeus em Genebra e disse que a rejeição do acordo para a formação da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, deu lugar a um novo arranjo regional.

Amorim destacou a relevância do Mercosul e o fato de ter fechado acordos comerciais com os demais países da região. Para ele, o projeto da Alca foi substituído por uma área efetiva de comércio na América do Sul. Citando um recente artigo da revista *The Economist*, Amorim insistiu que a região “não é quintal de ninguém”.

A avaliação do chanceler é de que as opções comerciais tiveram um papel central na nova realidade. Uma das provas da mudança, disse, é o fato de que a Argentina poderá fechar 2010 superando os Estados Unidos e transformando-se no segundo destino das exportações brasileiras. O primeiro lugar é da China. A estimativa do governo é de que, em 2010, o comércio bilateral com a Argentina bata um recorde histórico, com mais de US\$ 33 bilhões de fluxo de bens.

Há oito anos, os Estados Unidos eram o destino de 26% de exportações do País. Hoje, representam menos de 10%. A eventual aceitação pelo Brasil da Alca, segundo Amorim, teria “consolidado” a posição da América Latina como “quintal dos Estados Unidos”.

Amorim usou o evento para mandar um recado duro aos países ricos: quanto menos intervenções externas houver nos assuntos políticos da América do Sul, mais a

região será pacífica. “O projeto da Alca que os americanos promoviam teria consolidado a região como quintal americano”, alertou Amorim, que aproveitou o encontro para fazer um exame da política externa do governo, a poucos meses de seu fim.

No início do governo Lula, os EUA tentaram pressionar para uma aceleração do acordo de livre comércio hemisférico. Mas o projeto foi bombardeado pelo Itamaraty ao ponto de o ex-representante comercial da Casa Branca, Robert Zoellick, insinuar que, sem a região, o Brasil teria de exportar para a Antártica. Zoellick hoje é presidente do Banco Mundial.

País omite à OMC créditos do BNDES – Jamil Chade – Estado de São Paulo – economia – 13/09/2010

O Brasil não incluiu a grande maioria dos créditos e empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em sua notificação sobre subsídios industriais à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Além disso, o País entregou seu relatório fora do prazo e ainda pode ter o debate sobre os subsídios industriais adiado para 2011. Os números indicam que o volume de recursos públicos destinado a incentivar o setor produtivo no Brasil mais que dobrou entre os biênios 2005/2006 e 2007/2008.

Há uma semana, o Itamaraty depositou junto à entidade máxima do comércio um levantamento com seus programas que envolvem subsídios e incentivos industriais, uma obrigação que cada governo deve cumprir. A última vez que o Brasil havia apresentado uma conta completa de seus subsídios foi em 2007, com números referentes aos incentivos dados em 2005 e 2006. Agora, o relatório mostra os números para 2007 e 2008.

Os recursos cedidos pelo País para o setor industrial deveriam ser avaliados na OMC em 25 de outubro. Mas, por uma demora da Câmara de Comércio Exterior (Camex) em aprovar a notificação brasileira, o governo entregou seus documentos à OMC fora da data exigida pela entidade em Genebra e o debate corre o risco de ser adiado para 2011.

Na prática, isso significa que governos estrangeiros apenas poderão questionar o Brasil publicamente em relação a seus programas no próximo governo. O Estado havia revelado há um mês que a notificação estava sendo preparada e governos como o dos Estados Unidos e da União Européia estavam aguardando o documento para levantar questões sobre o papel do BNDES no desempenho da economia brasileira e na maior competitividade das exportações nacionais.

Não se trata ainda da abertura de uma disputa, mas sim de um questionamento para indicar ao Brasil que Washington e Bruxelas estão de olho no uso do BNDES.

No documento oficial entregue à OMC, porém, o Brasil praticamente não cita as atividades do banco, já que acredita que as linhas de crédito e outros empréstimos da instituição não são subsídios.

O BNDES emprestou cerca de R\$210 bilhões entre 2009 e o primeiro semestre de 2010. Considerado até mesmo dentro do governo como a principal arma contra a recessão, o banco estatal representa 14% do total de investimentos no País e, em 2009, emprestou um volume de recursos três vezes maior que o Banco Mundial.

Em 2008, o BNDES liberou R\$ 92,2 bilhões, o dobro do valor de 2005. Mas apenas uma fração desses números aparece na notificação brasileira à OMC.

Subsídios.

No total, o Brasil indica que, entre 2007 e 2008, concedeu subsídios para a área industrial de R\$ 35 bilhões. O volume é mais que o dobro na comparação com os anos fiscais de 2005 e 2006. Para aquele exercício fiscal, o volume de subsídios atingiu R\$ 17,6 bilhões.

Mas, no atual documento entregue à OMC, a única referência ao BNDES é o Profarma. No documento, o Itamaraty aponta R\$ 17,6 milhões destinados ao financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento no setor farmacêutico.

O governo ainda insiste no documento que o impacto do empréstimo para o setor de medicamentos não tem nenhum impacto comercial.

Pelas regras da OMC, incentivos ao setor industrial são, em geral, proibidos. Mas existe uma exceção. Para países em desenvolvimento, incentivos no setor de pesquisa e desenvolvimento são autorizados – e foram esses os programas que o governo brasileiro se concentrou em sua notificação.

Em outubro, a OMC realiza sua reunião dedicada a avaliar cada uma das submissões dos governos. O documento brasileiro, segundo o Estado apurou, já está sendo avaliado pelos técnicos em Washington e Bruxelas que deixaram claro que, para a reunião, levantarão questões sobre programas que não estão citados no documento. O BNDES será o principal alvo.

Crise.

Desde a eclosão da crise financeira em 2008, governos do mundo despejaram bilhões de dólares em programas de incentivo às indústrias, o que foi considerado por muitos como violações explícitas às regras da OMC que limitamos subsídios.

Diplomatas de alto escalão da América Latina, porém, admitiram que a escolha era deixar as grandes economias afundarem ou ignorar por algum tempo as regras do comércio e garantir a saúde das economias de países ricos.

Entre os programas citados pelo Brasil no documento está a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para produtos de tecnologia da informação, cujo incentivo entre 2007 e 2008 foi de R\$ 5,7 bilhões.

O governo também aponta para o Programa de Desenvolvimento da Indústria e da Agropecuária, como abatimento de impostos sobre investimentos feito sem tecnologia. Nesse programa, governo gastou R\$ 12,5 milhões em 2007 e R\$ 13,9 milhões

Em 2008. Nesse caso, o governo não vê impacto comercial

Subsídios agrícolas de volta – André Meloni Nassar – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 15/09/2010

Teve de sair nas páginas da revista britânica *The Economist* o desenterro de um tema que ficou esquecido no debate internacional nos últimos cinco anos: o fato inconteste de que o setor agrícola brasileiro é dos menos subsidiados entre as grandes nações produtoras e exportadoras de alimentos, fibras e biocombustíveis.

Com o monopólio, no debate internacional, do tema da sustentabilidade em biocombustíveis, e a preferência nacional pelas preocupações com o desmatamento, o

artigo dos ingleses é uma boa oportunidade para trazer o assunto dos subsídios para a pauta novamente.

Com um valor da produção na casa dos US\$ 100 bilhões, o Brasil é o quinto maior produtor agrícola do mundo. Pela ordem, temos a China com US\$ 600 bilhões, a União Europeia com US\$ 420 bilhões, os Estados Unidos com US\$ 287 bilhões e a Índia com US\$ 140 bilhões. O Japão vem logo após o Brasil, com US\$ 90 bilhões. Países como Canadá, Rússia e Argentina, também grandes produtores agrícolas, são todos menores que o Brasil.

Vê-se pela lista que, agrupando os grandes exportadores, a agricultura brasileira sobe para terceiro lugar. Outra forma interessante e ilustrativa de verificar o tipo de agricultura que predomina em cada país é ranquear o grupo acima citado pelo critério de número de estabelecimentos rurais.

Dos seis primeiros, apenas Índia e China não fizeram por completo a transição para uma economia industrial e ainda têm um contingente grande de famílias vivendo

da agricultura. Enquanto o Censo Agropecuário de 2006 indica que no Brasil existem cerca de 5 milhões de estabelecimentos rurais, as pesquisas equivalentes na Índia e na China indicam 108 milhões e 210 milhões, respectivamente. Os americanos são os que apresentam o menor número, com pouco mais de 2 milhões.

Uma conta rápida dá a dimensão das diferenças estruturais que existem entre as agriculturas das regiões citadas e deixa claro a que grupo o Brasil pertence. Enquanto aqui o valor da produção por estabelecimento é de US\$ 19 mil por ano, esse valor é de US\$ 130 mil nos EUA, US\$ 83 mil na União Europeia e US\$ 31,5 mil no Japão. Não há dúvida, portanto, de que os agricultores americanos, europeus e japoneses são muito mais ricos que os brasileiros.

Mas o número que me choca é outro: o valor da produção por estabelecimento na China e na Índia é de apenas US\$ 2,9 mil e US\$ 1,3 mil, respectivamente. Ou seja, na média, os agricultores chineses e indianos são muito pobres.

Esses dados mostram que grandes contingentes vivendo no campo são sinônimo de pobreza. Por isso fico incomodado quando assisto, no horário eleitoral, à pregação de alguns candidatos contra o modelo de agricultura do Brasil, argumentando que vão distribuir “democraticamente” a terra.

Minha conclusão é de que eles querem espalhar a pobreza pelo País. O Brasil é, portanto, um dos poucos países em desenvolvimento que têm agricultura de país desenvolvido. Ou quase. Os desenvolvidos subsidiam muito os seus agricultores. O Brasil subsidia pouco. Esse fato é o que diferencia estruturalmente a agricultura do Brasil, e ele não deveria ter sido esquecido por tanto tempo.

Classificamos os subsídios aos agricultores em dois grupos: os que caem nas costas dos consumidores e os que são bancados pelo Tesouro e, portanto, utilizam dinheiro dos contribuintes.

O consumidor subsidia o agricultor quando ele vive num mercado fechado. Neste caso, preços domésticos ficam mais altos que os preços internacionais e, assim, obrigamos consumidores a comprar a preços mais elevados. Os mestres em usar esse tipo de subsídios são europeus (20% do total de subsídios ainda é bancado pelo consumidor) e japoneses (70% bancado pelo consumidor).

O subsídio pago pelo contribuinte é aquele em que existe um gasto do governo como agricultor por meio de políticas dirigidas, como é o caso da política agrícola para agricultores comerciais e familiares no Brasil.

Os americanos desenvolveram o mais complexo sistema de política agrícola com subsídios pagos pelos contribuintes (95% do total). Dentre os subsídios pagos

pelos contribuintes, existem os mais perniciosos ao mercado, porque incentivam o produtor a produzir mais do que faria se não houvesse o subsídio, e os que são menos danosos porque não afetam os preços – embora todo subsídio deturpe o funcionamento do mercado.

Considerando todos os tipos de subsídios concedidos aos agricultores, sem diferenciar os pagos pelos consumidores dos bancados pelos contribuintes, e incluindo na conta os mais e menos perniciosos aos mercados, a diferenciação do Brasil com relação aos EUA, à União Europeia e ao Japão é gritante.

Enquanto o estabelecimento rural norte-americano recebe, em média, US\$ 56 mil por ano, o europeu, US\$ 27 mil e o japonês, US\$ 20 mil, o brasileiro recebe US\$ 1,1 mil. Calculando o total de subsídios em relação à riqueza do setor (valor da produção), encontramos 63%, 43%, 33% para Japão, EUA e União Europeia e apenas 6% para o Brasil.

No caso do subsídio por estabelecimento, os valores da China e da Índia (US\$ 280 e US\$ 238 por ano) são muito inferiores aos do Brasil, mas na relação subsídio total/valor da produção, chineses (9,6%) e indianos (18,2%) subsidiam mais que nosso país. Por unidade de faturamento gerado no setor agrícola, o Brasil tem o menor nível de subvenção entre os seis países analisados.

Enquanto nos demais países existe uma clara orientação de política de transferir renda das atividades urbanas para os agricultores – porque consumidor e contribuinte já moram nas cidades –, no Brasil ocorre o processo inverso.

O consumidor brasileiro beneficia-se de produtos agrícolas a preços mundiais e o contribuinte não é chamado a pagar a conta dos problemas de renda do setor agrícola, como no caso dos países desenvolvidos. Não há como negar que o nosso é um modelo muito melhor.

FETRAF participa do Fórum Público da OMC 2010 – Fernanda Silva – Sítio Eletrônico da FETRAF – 19/09/2010

Em oficinas temáticas e conferências, os temas em exposição no Fórum Público da OMC 2010 têm sido especificamente as políticas de proteção ao mercado e interesses dos agricultores familiares, que se refere a preços dos produtos, comércio, à renda dos produtores, etc.

Reunindo organizações de diversos países, Marcos Rochinski, secretário Geral da FETRAF, que participa da atividade, integra o debate que discute também uma “Declaração Chamada para a Coerência”, onde são levantados questionamentos sobre os rumos tomados pelos organismos internacionais no que compete o tratamento dado a agricultura familiar e à segurança alimentar.

“O Fórum é o espaço para fortalecer os laços de cooperação com organizações e organismos internacionais para potencializar a atuação do setor dentro dos fóruns que decidem os rumos das políticas, como, por exemplo, dentro da própria OMC. A troca de informações que temos aqui em especial com organizações canadenses e belgas

fortalecem o intercâmbio nas cadeias produtivas do leite e carnes”, considerou.

Embora o Brasil seja considerado referência no que tange o tratamento diferenciado aos agricultores familiares, Rochinski ressalta que “se não houvesse a organização da categoria como a que FETRAF desenvolve não seria possível obter conquistas importantes como o Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos, créditos, Lei da Alimentação escolar, etc.”

Brasil deve assinar em dezembro acordo com dez emergentes – Assis Moreira – Valor Econômico – Política – 20/09/2010

O Brasil articula para assinar em dezembro com outros dez países emergentes um acordo comercial estabelecido em novas bases, pelo qual trocarão margem de preferência de 20% em boa parte das exportações entre eles, no que ficou conhecida como “Rodada Sul-Sul”. A negociação está praticamente concluída e o governo brasileiro agora está convidando os outros participantes a assinar o acordo durante a cúpula do Mercosul, dias 16 e 17 de dezembro, em Foz do Iguaçu, num dos últimos atos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Participam o Mercosul como bloco — Brasil, Argentina Paraguai e Uruguai —, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Malásia, Egito, Marrocos e Cuba, bem menor do que a lista inicial de participantes.

“Foi criado um novo paradigma para negociação entre os países em desenvolvimento”, afirma o embaixador brasileiro na Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevedo.

“Em vez da negociação interminável baseada em oferta e demanda, foi fixada uma margem de preferência, que beneficiará os participantes não importa se a tarifa sobe ou desce.” Se a tarifa de importação de um produto na Índia é de 10% para os Estados Unidos, ela cairá a 8% para o Brasil, dando vantagem para o produto brasileiro. O acordo cobre 70% do comércio, com setores sensíveis ficando fora da liberalização nos outros 30% de exceção pedida por vários países para participar do pacote.

Os parceiros excluíram da liberalização boa parte dos produtos agrícolas, o que não é surpresa e apenas confirma a dificuldade para esse tipo de acordo diante do temor com a competitividade brasileira no setor.

Por sua vez, o Brasil não dará a margem de preferência sobretudo para têxteis, bens de capital, eletrônico e automóveis, que interessam mais aos indianos e coreanos, por exemplo.

“Esse é um acordo que vai criar oportunidades novas de negócios, mais do que abrir o comércio de produtos atuais entre os participantes”, diz o diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, ministro Carlos Marcio Cozendey. “O Brasil tem uma vasta gama de produtos industrializados que podem ser atraentes para mercados que até agora importam principalmente produtos de base.” O Itamaraty calcula que o acordo beneficiará entre um terço e metade das exportações brasileiras para os países participantes, quase todos com bom potencial de crescimento. A negociação foi lançada em São Paulo em 2004, na conferência da Agência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), sob a cobertura do Sistema

Geral de Preferências Comerciais (SGPC), que define negociações entre países em desenvolvimento.

No princípio, cerca de 40 países começaram a participar das discussões. No ano passado eram 21 e agora devem assinar 11, mas que basicamente são grandes, com exceção de Cuba. A China ficou fora desde o começo, temida pelos concorrentes.

O Mercosul inicialmente quis corte de tarifas de 40%, depois teve de reduzir a ambição para 30% e afinal teve de aceitar margem de preferência de 20% para poder manter outros países no acordo, como a própria Índia.

No ano passado, o ministro de Comércio do Irã chegou a participar do anúncio da conclusão da primeira parte do acordo, ao lado do ministro Celso Amorim, em Genebra. Mas só quer assiná-lo depois de ser aceito na OMC, onde já vai ter de pagar com liberalização de seu mercado. A Argélia, que também negocia sua entrada na OMC, tomou o mesmo rumo. O México e o Chile, com muitos acordos bilaterais de comércio e tarifas baixas, resolveram ficar fora.

A Unctad estima que, apesar do número reduzido de participantes, o impacto em termos de comércio adicional será maior do que a negociação na Rodada Doha. É que a margem de preferência é sobre a tarifa aplicada e não sobre a consolidada, como ocorre na OMC.

Técnicos da agência admitem que uma parte será desvio de comércio, ou seja, os participantes vão comprar mais entre eles, com tarifa menor, em vez de importar de outros países que ficarão fora do acordo.

Metas do milênio avançam ,mas de forma lenta;ONU pede investimentos – Gustavo Chacra – estado de São Paulo – Economia – 21/09/2010

A Organização das Nações Unidas (ONU) avalia que houve avanço nas metas do milênio, estabelecidas há dez anos, apesar de a eliminação da fome e da miséria estar distante de ser cumprida até 2015. Segundo a entidade, para não haver um fracasso é importante que os doadores não abandonem a luta internacional contra a redução da pobreza.

Em reunião iniciada ontem e que dura até amanhã em Nova York, antecedendo a Assembleia-Geral da ONU, o secretário-geral Ban Ki-moon pediu a cerca de 140 chefes de Estado para que mantenham o investimento necessário e a vontade política para eliminar a pobreza.

O temor do secretário-geral é o de que a crise econômica internacional afete os resultados finais das metas do milênio. Países ricos ficaram para trás nas suas promessas e tem havido obstáculos para atrair doadores para programas de combate à pobreza extrema.

“Não há nenhum projeto mais importante (que as metas do milênio). Por esse motivo, precisamos enviar uma mensagem forte de esperança. Vamos manter a nossa promessa”, disse Ban no encontro para avaliar os resultados da primeira década das metas do milênio.

As Nações Unidas reconheceram que, mesmo se o objetivo principal de reduzir a pobreza extrema pela metade nos próximos cinco anos for atingido, ainda

assim cerca de 1 bilhão de pessoas continuarão vivendo com uma renda de menos de US 1,25 (R\$ 2,15) por dia.

De acordo com o secretário-geral, os melhores resultados nas oito metas do milênio podem ser observados no acentuado crescimento de crianças freqüentando escolas e no controle de doenças como a aids. Ainda assim, há 69 milhões de crianças fora da escola no mundo.

O problema se concentra nos 60 países mais pobres. As metas do milênio também prevêem a igualdade entre os sexos, o investimento em saúde infantil e das mães, na sustentação ambiental e na parceria global (mais informações nesta página).

Propostas.

No encontro da ONU desta semana, os chefes de Estado ou seus representantes começaram a apresentar os resultados de seus países. O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, não comparecerá e será representado pela ministra do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes.

Alguns presidentes apresentaram propostas. O francês Nicolas Sarkozy defendeu o estabelecimento de um imposto para transações bancárias internacionais, afirmando que as nações desenvolvidas têm uma obrigação moral com as mais pobres, em especial as da África, que sofrem com doenças que poderiam ser prevenidas, como a malária.

Ele também prometeu um aumento de 20% na contribuição anual de US\$ 10 bilhões para as pessoas mais pobres do mundo e pediu que outros líderes assumissem um compromisso semelhante. “Não temos o direito de fazer menos do que decidimos fazer. Não voltemos a adotar maus hábitos”, afirmou Sarkozy.

O boliviano Evo Morales culpou a pobreza pela transferência de recursos naturais dos países mais pobres para os mais ricos. O israelense Shimon Peres abordou o tema do terrorismo. “Sem paz, a pobreza continuará. Sem comida, a paz não prevalecerá”, afirmou. “Ainda assim, terroristas espalham uma violência causada por diferenças ideológicas, abismos sociais e fanatismo. O novo milênio deve libertar o mundo do derramamento de sangue, da discriminação, da fome, das doenças.” /Com AP

Em ano ruim, agronegócio pode salvar contas externas do país – Marcos Fava Neves – folha de São Paulo – Mercado – 25/09/2010

Quero compartilhar com o leitor da **Folha** um incômodo. Por interesses distintos e por falta de conhecimento, insiste-se em contrapor no Brasil três coisas que não são contrapostas e que atrapalham nosso planejamento e nosso desenvolvimento. A primeira é "agricultura contra ambiente" ou "ruralistas contra ambientalistas". O agricultor tem de ser ambientalista.

A segunda é "agricultura familiar contra agricultura empresarial". Passa a impressão de que, se é familiar, não pode ser empresarial. Se é assentado, o agricultor não pode ser competitivo.

No Brasil, existe uma só agricultura, a líder mundial. Somos também um caso raro de país que tem dois ministérios para o mesmo assunto.

A terceira é a ignorância em relação ao conceito de agronegócio. Somos obrigados a ver propaganda eleitoral dizendo que "somos contra o agronegócio,

contra a opressão, contra a violência..." e contra tudo o que gera renda - provavelmente a favor apenas da perpetuação da miséria.

É importante que essas lideranças que criticam o agronegócio entendam que esse conceito foi criado em 1957 nos Estados Unidos (apenas em 1990 no Brasil) para dar o caráter de integração à agricultura.

Agricultura integrada com o comércio, com a indústria, com os serviços, com a pesquisa, com os insumos e com os produtores.

Na definição, não existe a palavra "tamanho". É preciso entender que agronegócio não significa algo grande, e sim algo "integrado". Há dez anos festejávamos quando uma cadeia produtiva passava do US\$ 1 bilhão em exportação.

Éramos o gigante adormecido. Neste ano, que será desastroso para as contas externas, o país pode ser salvo pelo agronegócio. A cana trará US\$ 12 bilhões, a laranja, US\$ 2 bilhões, a carne bovina, US\$ 5 bilhões, o café, US\$ 5 bilhões.

E ainda temos o frango, o papel e a celulose, as frutas, o fumo, os couros, o milho, os lácteos e muitos outros.

É provável que entrem mais de US\$ 70 bilhões em 2010. E, nos próximos dez anos, o agronegócio trará mais, devido ao consumo mundial de alimentos e graças à distribuição da renda.

O agronegócio brasileiro vem conquistando respeito internacional. Todos querem saber mais para entender o que fizemos e nossa capacidade de suprir o mundo de alimento e energia renovável de maneira sustentável.

Exemplo é a reportagem feita pela revista "The Economist" em 26 de agosto, que diz que "o mundo está enfrentando uma crise na produção de alimentos e deveria aprender com o Brasil".

O agronegócio gera renda para ser distribuída no Brasil. É um setor que merece respeito e admiração.

MARCOS FAVA NEVES é professor titular de planejamento na FEA/USP (Campus de Ribeirão Preto) e coordenador científico do Markestrat. Internet: www.favaneves.org

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Cláudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

